

Violência, Desenvolvimento Social e o Uso de Drogas

Leon de Souza Lobo Garcia

Médico-psiquiatra e doutor em Saúde Pública pela Universidade de Londres. Trabalha no Hospital das Clínicas da FMUSP e no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas da região da Sé (São Paulo)

1 Introdução

O debate em torno do consumo de drogas lícitas e ilícitas ganhou espaço no cenário brasileiro nesta última década. A campanha eleitoral de 2010 pode ser vista como um marco que colocou o tema na agenda das eleições majoritárias, e assim pôs em questão o papel do Estado frente ao uso de drogas e suas consequências. Por que esse tema ganhou importância? Aumentou o consumo de drogas no país? O que mobilizou a sociedade brasileira a falar sobre drogas e demandar uma maior intervenção do Estado nesse tema?

Uma análise rigorosa das estatísticas sobre uso de álcool e outras drogas não autoriza concluir que houve aumento generalizado e significativo do uso de drogas no país. Portanto, não foi uma análise fria de estudos científicos sobre a prevalência do uso problemático de drogas no Brasil que trouxe o tema para o cenário político. Mas sabemos que a percepção social sobre determinados fenômenos muitas vezes pouco tem a ver com sua real magnitude. Uma notícia chocante, ainda que isolada, nos faz tomar a exceção por regra e enxergar uma ameaça em cada esquina.

Um elemento chave para compreender a importância atribuída ao tema das drogas é a associação de seu uso e comércio com a violência urbana.

A violência é um tema candente na sociedade brasileira. Se de um lado o Brasil convive há muitos anos com taxas de homicídio somente comparáveis a de países em guerra civil, por outro lado, a resposta do Estado tem sido equivocada, desarticulada e superficial. Temos uma polícia violenta, que mata e morre, mas que deixa sem solução a imensa maioria dos homicídios. Um judiciário moroso e que ainda aposta na prisão como panaceia. Um sistema penitenciário desumano, onde quem manda é o crime organizado. E nenhuma política de reinserção social consistente para quem sai da prisão. É assim que o Estado brasileiro tem alimentado um ciclo vicioso de violência que mata e prende pobres, em sua maioria jovens e negros, e ame-dronta a todos os brasileiros.

2 Violência e drogas

Mas, e as drogas, o que tem a ver com isso? Há três formas pelas quais se costuma relacionar as drogas com a criminalidade e a violência.

A primeira forma atribui comportamentos violentos ao efeito direto e imediato das drogas. No Brasil, quem promove esse discurso geralmente defende que mais punição diminui o uso de drogas e, conseqüentemente, a violência. Entretanto, as pesquisas não conseguiram demonstrar associação do efeito agudo de uma droga ilícita com atos de violência, nem mesmo com a droga mais temida pelos brasileiros, o *crack* (GOLDSTEIN, 1997). O que já foi demonstrado é a associação entre a intoxicação por uma droga lícita, o álcool, e a violência doméstica (FONSECA, 2009). Mas a violência doméstica não costuma ser prioridade no discurso de quem defende mais repressão e cadeia como formas de controlar a criminalidade.

A segunda forma relaciona a prática de crimes como furtos, roubos e o microtráfico exclusivamente à busca por sustentar economicamente a própria dependência de drogas. Esses crimes nem sempre envolvem a prática

de violência contra pessoas e, sobretudo, não são eventos isolados, eles estão articulados à trajetória de vida de quem os comete e ao seu contexto social. Atribuí-los exclusivamente aos efeitos neuroquímicos de substâncias supõe uma identidade entre a vida de pessoas em sociedade e a de tubos de ensaio em laboratório.

A terceira forma responsabiliza o tráfico ilegal de drogas pela violência urbana. O fato de ser um mercado ilegal pode contribuir de duas maneiras para a violência. Como não há arbitragem do Estado, os conflitos em torno do negócio das drogas são resolvidos por particulares, com seus próprios e violentos meios. E os lucros exorbitantes desse comércio ilegal facilitam a compra abundante de armas. Mas um contra-exemplo nos convida a buscar mais e melhores explicações. Países que tem consumo de drogas ilícitas maior do que o Brasil (Europa, EUA e Canadá) e onde, portanto, há mais tráfico ilegal, tem índices de violência muito menores do que os nossos. Nem todo tráfico é violento. Que o diga a classe média que compra drogas ilícitas em casas noturnas ou via tele-entrega em bairros nobres.

A verdade é que as drogas, e mesmo seu comércio ilegal, não são condição suficiente e talvez nem mesmo preponderante para explicar a violência atual (THOUMI, 2010).

O tema do uso de drogas foi apropriado por razões políticas por setores do campo da segurança pública, do sistema de justiça e pelos (novos) empreendedores morais, que se dedicam a estigmatizar grupos sociais e impor suas normas de comportamento. Foi em busca de protagonismo político que esses atores tentaram estabelecer uma relação íntima entre violência e drogas, um tema tão mobilizador quanto cercado de desconhecimento e preconceitos. A receita é instilar medo para oferecer o autoritarismo como solução. A evolução política recente do país tornou esse fenômeno mais claro.

É preciso recolocar o debate em torno de uma política para as pessoas que usam drogas,

entendendo suas vulnerabilidades e, assim, buscando estratégias que possam promover o seu bem-estar e o da sociedade como um todo.

Esse não é um desafio exclusivamente brasileiro. Lideranças globais de todo o espectro político vêm defendendo há cerca de uma década que as políticas repressivas para as drogas, a chamada “guerra às drogas”, podem causar tanto ou mais prejuízos para a sociedade quanto as próprias drogas¹.

Os parágrafos abaixo discutem de forma sucinta alguns dos problemas relacionados ao uso de drogas no Brasil e como o Estado Brasileiro pode abordá-los.

3 Vulnerabilidade social e uso de drogas

Pesquisas nacionais estabeleceram que, apesar de atingir todas as classes sociais, o uso frequente de *crack* e álcool é particularmente prejudicial para os mais pobres, gerando um ciclo perverso de exclusão social, uso de drogas e mais exclusão social. As consequências são baixa escolaridade, quase impossibilidade de entrar no mercado formal de trabalho, moradia precária ou falta de moradia e rompimento de laços familiares. Essas pessoas, que encontramos nas cenas de uso das grandes cidades, necessitam de estratégias de promoção de cidadania tanto quanto de cuidados de saúde (BAS-TOS; BERTONI, 2014).

A partir da experiência pioneira do programa “De Braços Abertos” em São Paulo, iniciada em 2014, rompeu-se com a má-fé institucional das políticas que, ignorando as vulnerabilidades dessas pessoas, impõe barreiras ao acesso aos seus direitos de cidadania. O fracasso de programas que, paradoxalmente, exigem abstinência total de drogas de quem justamente não consegue parar de usar drogas, era injustamente atribuído aos indivíduos, “que não souberam aproveitar as oportunidades oferecidas” (SOUZA, 2016). O “De Braços Abertos” foi estruturado a partir da premissa que é ofe-

recendo condições mínimas de moradia, trabalho, educação e renda que essas pessoas poderão melhorar sua qualidade de vida, assim como diminuir os riscos e danos causados pelo uso de drogas (RUI; FIORE; TOFOLI, 2016).

Experiências dos governos municipais de Fortaleza e Palmas e do governo do Distrito Federal, inspiradas pelo “De Braços Abertos”, mostraram que é possível repetir esse tipo de programa em outros contextos.

4 Violência contra usuários e usuárias de drogas

Pesquisas têm demonstrado que dependentes de drogas são vítimas preferenciais de violência no Brasil. Ser homem, jovem, negro, pobre e usuário de drogas são fatores de vulnerabilidade que interagem para aumentar o risco de ser assassinado. Os homicídios, e não as *overdoses*, são a causa de 60% das mortes entre os dependentes de *crack*, cuja taxa de mortalidade é seis vezes mais do que a população geral brasileira.

O programa “Atitude”, iniciado pelo governo do estado de Pernambuco em 2011, priorizou os usuários de drogas mais vulneráveis à violência, desenvolvendo estratégias para se aproximar deles nas ruas e proteger suas vidas em momentos de ameaça, combinando cuidado em saúde com a promoção de direitos sociais como moradia e cultura. O bem-sucedido programa vem logrando manter-se ativo, apesar de sucessivas mudanças em sua gestão e de restrições orçamentárias.

Entre as mulheres que usam *crack* em cenas de uso, é a frequência da violência sexual que salta aos olhos, atingindo mais da metade desse grupo (SANTOS; ALMEIDA; BRITO, 2016). O estigma de gênero contra as mulheres é agravado pelo estigma que atinge usuários e usuárias de drogas, tornando-as ainda mais suscetíveis a abusos do que os homens. Os abusos sofridos, por sua vez, podem agravar o uso de drogas, uma espécie de automedicação de quem

vive na marginalidade. Cria-se assim mais um ciclo de vulnerabilidade à violência e às drogas. Faltam ainda experiências articuladas e abrangentes de intervenção do Estado na proteção desse grupo de mulheres.

5 Encarceramento e uso de drogas

Cerca de metade das pessoas que usam drogas nas cenas de uso de cidades brasileiras passaram pelo sistema carcerário. Para jovens com poucas chances de inclusão em uma economia de mercado, a passagem pela prisão significa um grande revés e pode empurrá-los para o crime organizado. Esse perfil de jovens em situação de vulnerabilidade social foi o mais atingido pelo aumento vertiginoso do encarceramento no Brasil.

Desde 2014, os tribunais de justiça em todo país vêm implementando as chamadas audiências de custódia para presos em flagrante, uma forma de qualificar a decisão de manter preso quem aguarda julgamento. O objetivo principal é reduzir o vergonhoso número de presos sem julgamento no país, que ultrapassa 40% do total de detentos.

Na cidade de São Paulo, uma parceria entre as três esferas do executivo e o Tribunal de Justiça implementou em 2016 um programa para apoiar a inserção social de egressos das audiências de custódia com histórico de uso prejudicial de drogas e vulnerabilidade social. Aproveitando a oportunidade do contato com

o sistema de justiça de pessoas que têm dificuldades em acessar serviços públicos, o programa destacou acompanhantes terapêuticos para facilitar sua inserção em cuidados sociais e de saúde, bem como seu contato com o sistema de justiça. O programa, infelizmente, foi descontinuado pelo governo federal no final de 2017.

6 Da coerção às políticas sociais

O discurso da guerra às drogas continua contaminando, com sua retórica inflamada e propostas simplórias, o debate sobre as drogas no Brasil, na contramão de todas as evidências científicas. Mas o Estado brasileiro, principalmente o poder executivo, vem fazendo avanços que demonstram que uma outra perspectiva, de saúde pública e desenvolvimento social, é possível nas políticas para pessoas que usam drogas.

O Judiciário também percorre esse caminho. Tramita no Supremo Tribunal Federal uma ação de inconstitucionalidade que, se aceita, retira definitivamente os usuários de drogas do código penal. Com três votos já favoráveis, a ação aguarda a manifestação do ministro Alexandre de Moraes. Juntamente com a continuidade das experiências acima citadas, e outras que devem surgir, esse seria um passo fundamental para reduzir o estigma contra os usuários de drogas e aproximar quem precisa de cuidados das políticas do Estado brasileiro.

Referências

BASTOS, Francisco; BERTONI, Neilane (Org.). **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: ICICT, 2014.

FONSECA, Arilton Martins et al. "Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil." **Revista de Saúde Pública** 43.5 (2009): 743-749.

GOLDSTEIN, Paul J. et al. "Crack and homicide in New York City: A case study in the epidemiology of violence." **Crack in America: Demon drugs and social justice** 113 (1997): 118-24.

RUI, T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L.F. "Pesquisa preliminar de avaliação do Programa 'De Braços Abertos'". Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

Santos, Naíde Teodósio Valois; ALMEIDA, Renata Barreto Fernandes de; BRITO, Ana Maria de. **Vulnerabilidade de usuários de crack ao HIV e outras doenças transmissíveis**: estudo socio-comportamental e de prevalência no estado de Pernambuco. FIOCRUZ, Recife, 2016.

SOUZA, Jessé (org.). **Crack e exclusão social**. Brasília, Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

THOUMI, Francisco E. "The relationship between illegal drugs and Violence: is there a cause and effect?" **Portal**, Issue 5, 2010 (2010).

1 <http://www.globalcommissionondrugs.org/>